



## Procurador da “lava jato” faz vídeo de campanha contra corrupção

O coordenador da força-tarefa da operação “lava-jato” em Curitiba (PR), procurador Deltan Dallagnol, está empenhado em conseguir apoio popular para tornar Projeto de Lei as [ideias do Ministério Público Federal contra a corrupção](#). Após expor suas propostas em uma igreja batista no Rio de Janeiro (RJ) nessa segunda-feira (27/7), Dallagnol divulgou um vídeo no estilo propaganda eleitoral pedindo suporte para as propostas.

Na gravação, após citar escândalos envolvendo “diferentes governos e partidos” — anões do orçamento, propinoduto, sanguessugas, mensalão, “lava jato” —, o procurador afirma que “a corrupção sangra o nosso país”. Porém, ele ressalta que é muito difícil punir os corruptos no Brasil.

A solução para isso, segundo ele, é mudar a legislação “para garantir que esses criminosos sejam presos, permaneçam por mais tempo na cadeia, e devolvam o dinheiro que desviaram da saúde, segurança e educação”. Para que isso possa ser feito, é preciso que 1,5 milhão de pessoas apoiem as 10 Medidas contra a Corrupção lançadas pelo MPF, diz, lembrando que a Lei da Ficha Limpa nasceu de um movimento popular semelhante. Com esse número de patrocinadores, o órgão pode enviar as sugestões ao Congresso.

Para incentivar os brasileiros a subscreverem o projeto e colherem assinaturas, Dallagnol lembra que o juiz federal Sergio Moro e os procuradores e delegados que trabalham na “lava jato” já declararam seu apoio à medida. E ele finaliza o vídeo com uma mensagem motivacional: “A 'lava jato' trouxe esperança, mas agora nós precisamos da sua ajuda. Vamos juntos construir um país mais justo”.

### Propostas MPF

O MPF propõe 10 medidas para tornar o combate à corrupção mais eficaz no Brasil. Uma das principais sugestões é aumentar a pena mínima do delito de dois para quatro anos e tornar crime hediondo a corrupção de valores acima de 100 salários mínimos.

Outra medida relevante, e que [gerou polêmica](#), é a possibilidade de o juiz [aproveitar provas ilícitas](#) “quando os benefícios decorrentes do aproveitamento forem maiores do que o potencial efeito preventivo”. Diante da má repercussão, o [MPF recuou](#) e passou a defender “novos parâmetros para definição da prova lícita”.

Os promotores e procuradores recomendam ainda criminalizar o enriquecimento ilícito de agentes públicos e o “caixa dois”, e responsabilizar partidos políticos pela prática, extinguir os chamados Embargos Infringentes, modificar o sistema de prescrição penal e permitir a prisão preventiva com o objetivo de “assegurar a devolução do dinheiro desviado”.

**Assista ao vídeo:**

**Clique [aqui](#) para ler as propostas do MPF para combater a corrupção.**

*\* Texto atualizado às 23h30 do dia 29/7/2015.*

**Date Created**



29/07/2015